

PROCESSO N.º 19.006.028660/2020-85
RECORRENTE: Maria Cristina Pedro

EMENTA:

CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS EXECUTADOS - IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE EM ÂMBITO ADMINISTRATIVO.

A dívida relativa aos créditos tributários constituídos em face da recorrente referente à Taxa de Verificação e Funcionamento/2002 e 2003, Taxa de Vigilância Sanitária/2000, 2001, 2002 e 2003 e Taxa de Vistoria e Segurança/2000, 2001, 2002 e 2003, encontram-se executados, portanto, devem ser discutidos judicialmente.

Prejudicada a análise do mérito, inteligência do artigo 38, parágrafo único, da Lei Federal nº 6830/1980 (Lei de Execução Fiscal).

Recurso não conhecido.

Não conhecimento.

ACÓRDÃO Nº 019/2020 - PML

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso voluntário protocolizado sob nº 19.006.028660/2020-85, Maria Cristina Pedro

ACORDAM

os senhores integrantes do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, por se tratar de crédito tributário executado. Votaram os membros Wanda Yaeko Kono, Gilberto Dias de Melo, Eduardo Luis de Oliveira, Rosalmir Moreira, Fabiano Nakanishi, Marcelo Moreira Candeloro e a Presidente Yumiko Ueno Magno

TARF, em 05 de março de 2020.

Yumiko Ueno Magno
PRESIDENTE